



BANCO PAN S.A.

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

**Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
27 de abril de 2018**



BANCO PAN S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ/MF: 59.285.411/0001-13
NIRE: 35.300.012.879

Prezados Senhores Acionistas,

Apresentamos a seguir a Proposta da Administração ("Proposta") do Banco PAN S.A. ("Banco PAN", "PAN" ou "Companhia") acerca das matérias constantes da ordem do dia da Assembleia Ordinária e Extraordinária ("AGOE") da Companhia a ser realizada no dia 27 de abril de 2018.

1. Comentários dos Diretores sobre a Companhia

Nos termos do artigo 9º, inciso III, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 481/09 e do item 10 do formulário de referência, os comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia encontram-se dispostos no Anexo I a esta Proposta.

2. Destinação de lucro líquido da Companhia

O Anexo 9-1-II da Instrução CVM 481/09 que trata da destinação do lucro líquido da Companhia, conforme previsto no artigo 9º, parágrafo único, inciso II da Instrução CVM 481/09 encontra-se disponível no Anexo II a esta Proposta.

3. Eleição de membros do Conselho Fiscal e membro do Conselho de Administração

Conforme disposto no artigo 10 da Instrução CVM 481/09, as informações referentes aos candidatos para ocupar os cargos de membro do Conselho Fiscal e Conselho de Administração da Companhia encontram-se detalhadas no Anexo III a esta Proposta.

4. Remuneração global dos Administradores da Companhia

O montante global máximo da remuneração dos Administradores da Companhia proposto para o exercício de 2018 é de R\$ 22.422.942,00 (vinte e dois milhões, quatrocentos e vinte e dois mil, novecentos e quarenta e dois reais).

Neste sentido, assim como requer o artigo 12 da Instrução CVM 481/09, as informações relativas à proposta da remuneração dos Administradores da Companhia encontram-se detalhadas no Anexo IV a esta Proposta.



ANEXO I

Comentários dos Diretores sobre a Companhia, nos termos do Item 10 do Formulário de Referência da Instrução CVM 480/09.

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

O Banco PAN S.A. ("Banco", "Banco PAN" ou "Instituição"), é uma sociedade anônima de capital aberto e está autorizado a operar como banco múltiplo. Atua direta ou indiretamente por meio de suas controladas nos mercados de empréstimo consignado, cartão de crédito consignado, financiamento de veículos, cartão de crédito institucional e consórcio de veículos e imóveis. Além disso, tem carteiras em *run-off* de financiamento para empresas, financiamento para construtores e incorporadores e construtores, financiamento e empréstimo imobiliário para pessoas físicas, crédito ao consumidor, máquinas e equipamentos, operações de câmbio, aquisição de recebíveis imobiliários, arrendamento mercantil de veículos e outros bens. Os benefícios dos serviços prestados entre as empresas do Conglomerado e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, por essas empresas.

Em maio de 2011, quando se formou o bloco de controle entre o Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual") e a Caixa Participações S.A. - CAIXAPAR ("Caixapar") por meio de um acordo de acionistas, foram firmados Acordos de Cooperação Operacional e Comercial entre os acionistas controladores e a Companhia, de forma a reiterar o compromisso de parceria estratégica, bem como a complementaridade e alinhamento de interesses entre eles. Dentre as medidas previstas, com influência direta sobre a estrutura de capital e de liquidez do PAN, destacam-se: (i) o comprometimento da Caixa Econômica Federal ("Caixa") em adquirir créditos da Companhia sem coobrigação, sempre que esta desejar cedê-los; e (ii) o reforço de liquidez, por meio de acordo de depósitos interbancários ou operações similares, realizado com ambos controladores. Estas são operações de longo prazo, com previsão de atualização e conferem ao Banco alternativas de *funding* com custo competitivo.

O redirecionamento estratégico realizado nas linhas de negócios da Companhia teve como objetivo reestruturar seus negócios, vislumbrando melhorias internas, além de sinergias na incorporação de novas equipes e plataformas. Tal medida englobou a renovação e qualificação da equipe, o fortalecimento da Governança Corporativa, a revisão dos processos de concessão de crédito, a implantação de sistemas e controles, bem como a mudança da Marca Corporativa e da Razão Social da Companhia, que passou a se chamar Banco PAN S.A. (Ticker da ação PN: BPAN4).



b. Estrutura de capital (em milhares de ações)

Acionistas	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Banco BTG Pactual S.A.	272.865	51,00	102.032	25,9	374.897	40,35
Caixa Participações S.A.	262.165	49,00	112.732	28,6	374.897	40,35
Mercado	-	-	179.246	45,4	179.246	19,29
Total	535.030	100,0	394.010	100,0	929.040	100,0

- Estrutura de Capital¹

Capital Próprio (R\$ milhões)	31 de dezembro de		
	2017	2016	2015
Capital Social	3.460,7	3.460,7	3.460,7
Reservas de Capital	-	-	195,2
Reservas de Lucros	108,5	-	7,7
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(13,4)	(14,2)	(19,9)
Lucros/(Prejuízos) Acumulados	-	(34,3)	-
Total do Patrimônio Líquido	3.555,8	3.412,2	3.643,8

¹ Dados consolidados do PAN e empresas controladas

Capital de terceiros (R\$ milhões)	31 de dezembro de			2017 vs.	2017 vs.
	2017	2016	2015	2016	2015
Depósitos Interfinanceiros	8.730,1	11.765,7	10.096,8	-25,8%	-13,5%
LCA e LCI	1.432,7	1.977,5	2.440,2	-27,5%	-41,3%
Bonds	1.585,2	1.576,8	2.203,2	0,5%	-28,1%
Depósitos a Prazo	4.900,0	2.514,1	1.927,0	94,9%	154,3%
Letras Financeiras	812,6	1.170,6	1.555,3	-30,6%	-47,8%
Compromissadas	1.591,5	2.024,6	1.637,7	-21,4%	-2,8%
Captações Vinculadas à Cessão de Créditos ²	204,4	414,1	489,7	-50,6%	-58,3%
Obrigações por Empréstimos	-	134,1	154,7	-100,0%	-100,0%
Outros	30,0	62,4	81,9	-51,9%	-63,4%
Total de Capital de Terceiros	19.286,5	21.639,9	20.586,5	-10,9%	-6,3%

¹ Referem-se a cessões com coobrigação

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A política de liquidez vigente estabelece a necessidade de manutenção de um caixa mínimo suficiente para garantir o cumprimento de 100% das obrigações com vencimento no prazo de 90 dias. Para a apuração da liquidez disponível, são considerados os limites disponíveis no Acordo Operacional com os controladores, pois tais limites representam obrigação contratual irrevogável.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas



Em dezembro de 2017, os recursos captados totalizaram R\$19,3 bilhões, valor 10,9% inferior ao saldo de R\$21,6 bilhões no encerramento de 2016 e 6,3% abaixo do saldo de R\$20,6 bilhões registrado no final de 2015. Dentre as principais fontes de captação, destacaram-se: (i) os depósitos a prazo e interbancários, que representavam R\$13,6 bilhões, ou 70,6% do total; (ii) as letras de crédito imobiliário ("LCI") e letras de crédito do agronegócio ("LCA"), que representavam R\$1,4 bilhões, ou 7,3% do total; (iii) as emissões de títulos no exterior, no valor de R\$1,6 bilhão, representando 8,3% do total; (iv) as letras financeiras, que correspondiam a R\$812,6 milhões, ou 4,2% do total; (v) as operações compromissadas, no total de R\$1,6 bilhões ou 8,3% do total; (vi) e as captações vinculadas à cessão de créditos com retenção de riscos e benefícios realizadas após 07/2014, de acordo com a Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") 3.533/08, no valor de R\$204,4 milhões, representando 1,0% do total.

Depósitos a prazo

Auxiliado pela melhor percepção de risco decorrente da sua estrutura de controle acionário, o PAN vem conseguindo reduzir seus custos de captação, praticando taxas competitivas de mercado na emissão de novos certificados de depósitos a prazo.

Em 31/12/2017 e 31/12/2016, os depósitos a prazo eram compostos exclusivamente por aplicações em certificado de depósito bancário ("CDB"), uma vez que o estoque de captações via depósitos a prazo com garantia especial do Fundo Garantidor de Créditos ("DPGE") foi liquidado no 4º trimestre de 2015.

Depósitos interfinanceiros

Referem-se às captações junto a instituições financeiras, constituídos em grande parte, pelos depósitos interfinanceiros com os acionistas controladores, conforme estabelecido em Acordo Operacional.

LCI e LCA

Referem-se às captações por meio da emissão de Letras de Crédito Imobiliário e Letras de Crédito do Agronegócio.

Emissões de títulos no exterior

Maiores informações acerca das emissões externas efetuadas pelo PAN encontram-se detalhadas no item 10.1.f.(i), abaixo.

Letras Financeiras

Referem-se a títulos de crédito emitidos pelo PAN para captação de recursos de longo prazo junto a terceiros. Caracterizam-se por apresentar prazo mínimo de 24 meses para resgate, sem possibilidade de resgate total ou parcial antes desse prazo.

Operações compromissadas

As operações compromissadas têm como finalidade a gestão de caixa da Companhia.

Captações vinculadas à cessão de créditos

As captações vinculadas à cessão de créditos se referem a créditos cedidos com retenção de riscos e benefícios registrados contabilmente de acordo com o estabelecido no art. 5º da Resolução CMN 3.533/08.



Obrigações por empréstimos

Referem-se a linhas de crédito contratadas junto a outras instituições financeiras, entre elas o Banco Interamericano de Desenvolvimento ("BID") liquidado antecipadamente na data de 15/08/2017 no montante de R\$ 66.625 (US\$ 20.000) e 01/11/2017 no montante de R\$ 65.949 (US\$ 20.000).

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia possui uma política de liquidez em conformidade com a regulamentação do BACEN que determina o volume de caixa mínimo da Companhia, assim como critérios de contingência em caso de crises financeiras no mercado. Administramos nossa posição de liquidez realizando operações *overnight* com outras instituições financeiras, lastreadas em títulos públicos federais e com compromissos de revenda, bem como operações de compra de títulos públicos federais que possuem liquidez imediata no mercado. Além disso, possuímos acordos operacionais com nossos controladores que nos garantem liquidez mesmo em um cenário de crise.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas:

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Como parte do programa de captação de recursos no exterior, em abril de 2010, foi emitida uma dívida subordinada no valor de US\$ 500 milhões, com vencimento em abril de 2020. Em 09/06/2016, a Companhia realizou uma recompra parcial no montante de US\$ 43,2 milhões de principal.

O PAN possui, ainda, captações de recursos via emissão de letras financeiras subordinadas, emitidas em diferentes momentos, volumes e prazos, quais sejam: (i) tranche de R\$10,0 milhões emitidos em 05/2012, com vencimento em maio de 2018; tranche de R\$100,0 milhões emitida em 06/2013, com vencimento previsto para 05/04/2019; e (iii) tranche de R\$500,0 mil emitida em 10/2014, com vencimento em outubro de 2019.

(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Além das relações mencionadas com seus controladores, a Companhia busca manter relacionamento com outras instituições financeiras para realizar operações sempre que fizer sentido econômico e financeiro.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas

Em caso de liquidação judicial ou extrajudicial do emissor, há ordem de preferência quanto ao pagamento dos diversos credores da massa. Especificamente com relação às dívidas do emissor, deve ser observada a seguinte ordem de pagamento: dívidas com garantia real, dívidas quirografárias e dívidas subordinadas. Nas dívidas com garantia real, os credores têm preferência em relação aos demais até o limite do valor do ativo dado em garantia. Não há grau de subordinação entre os diversos credores quirografários, da mesma forma como não há grau de subordinação entre os diversos credores subordinados.

(iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à



alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Não há restrições impostas à Companhia.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

Do ponto de vista da Companhia, não há limites relevantes para utilização em financiamentos já contratados.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Segue abaixo análise das principais contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 em relação às contas apresentadas em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

Ativo circulante e realizável a longo prazo

(R\$ milhões, exceto percentuais)							2017 vs.	2017 vs.
Ativo circulante e realizável a longo prazo	dez/17	%	dez/16	%	dez/15	%	2016	2015
Disponibilidades	10,7	0,0%	19,5	0,1%	48,0	0,2%	-44,9%	-77,6%
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.033,0	4,0%	972,4	3,6%	1.189,7	4,6%	6,2%	-13,2%
Titulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	1.886,5	7,4%	2.438,6	9,0%	2.827,5	11,0%	-22,6%	-33,3%
Relações interfinanceiras	26,5	0,1%	17,9	0,1%	21,4	0,1%	48,2%	23,8%
Operações de crédito	16.388,8	63,9%	16.853,6	61,9%	15.181,4	58,8%	-2,8%	8,0%
Operações de arrendamento mercantil	0,2	0,0%	1,1	0,0%	7,5	0,0%	-83,6%	-97,7%
Outros créditos	5.800,0	22,6%	6.260,6	23,0%	5.857,5	22,7%	-7,4%	-1,0%
Outros valores e bens	504,9	2,0%	667,7	2,5%	686,7	2,7%	-24,4%	-26,5%
Total Permanente	25.650,6	100,0%	27.231,3	100,0%	25.819,7	100,0%	-5,8%	-0,7%
Investimentos	0,4	0,1%	49,0	17,9%	3,5	1,3%	-99,2%	-89,2%
Imobilizado de uso	27,7	10,1%	37,8	13,8%	50,1	18,1%	-26,8%	-44,7%
Intangível	155,7	56,8%	187,4	68,3%	223,7	80,7%	-16,9%	-30,4%
Total	183,7	100,0%	274,2	100,0%	277,3	100,0%	-33,0%	-33,7%

Aplicações interfinanceiras de liquidez

Ao final de 2017, as aplicações interfinanceiras de liquidez apresentaram saldo de R\$1.033,0 milhões, registrando aumento de 6,2% em relação ao saldo de R\$972,4 milhões do final de 2016. Na comparação com o saldo registrado ao final de 2015, de R\$1.189,7 milhões, houve uma queda de 13,2%.

Titulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

O saldo da conta de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos apresentou redução de 22,6% em relação a 2016, e de 33,3% em relação ao mesmo período de 2015.

Relações interfinanceiras

O saldo da conta de relações interfinanceiras registrou aumento de 48,2% e de 23,8% em relação aos fechamentos de 2016 e 2015, respectivamente, encerrando o ano de 2017 com saldo de R\$26,5 milhões. Esse aumento é explicada, principalmente, pelo aumento no volume de recursos depositados junto ao BACEN.



Operações de crédito

As operações de crédito encerraram o ano de 2017 com saldo de R\$16.388,8 milhões, uma baixa de 2,8% frente aos R\$16.853,6 milhões em 2016 e aumento de 8,0% se comparado a 2015, onde o saldo foi de R\$15.181,4 milhões.

Operações de arrendamento mercantil

O saldo da carteira de arrendamento mercantil manteve sua trajetória de queda, refletindo não somente a queda na demanda no mercado de *leasing*, como o maior rigor na concessão de créditos adotado pela administração do Banco. A carteira de arrendamento mercantil encerrou, portanto, o ano de 2017 com saldo de R\$0,2 milhão, frente aos saldos de R\$1,1 milhão em dezembro de 2016 e de R\$7,5 milhões em dezembro de 2015.

Outros Créditos

O saldo da conta de outros créditos apresentou queda de 7,4% em relação a 2016 e de 1,0% em relação a 2015, encerrando o ano de 2017 com saldo de R\$5.800,0 milhões. Essa queda foi decorrente da queda de valores a receber de cartões de crédito, baixa dos créditos tributários, dentre outros.

Outros valores e bens

O saldo da conta de outros valores e bens apresentou queda de 24,4% no último ano, e queda de 26,5% em relação ao saldo de 2015. As quedas apresentadas devem-se principalmente à queda das comissões antecipadas pagas à correspondentes bancários devido à mudança nas regras de comissionamento impostas pela Circular BACEN nº 3.738/14.

Permanente

Os saldos das contas que compõem o ativo permanente (investimentos, imobilizado e intangível) passaram de R\$277,3 milhões em dezembro de 2015, para R\$274,2 milhões no mesmo período de 2016 e para R\$183,7 milhões no mesmo período de 2017. Essas quedas são explicadas pela depreciação dos ativos imobilizados e à amortização dos ativos intangíveis.



Passivo circulante e exigível a longo prazo

(R\$ milhões, exceto percentuais)							2017 vs.	2017 vs.
Ativo circulante e realizável a longo prazo	dez/17	%	dez/16	%	dez/15	%	2016	2015
Depósitos	13.655,6	61,3%	14.334,5	59,5%	12.097,1	53,9%	-4,7%	12,9%
Depósitos à vista	25,4	0,1%	54,8	0,2%	73,2	0,3%	-53,5%	-65,2%
Depósitos interfinanceiros	8.730,1	39,2%	11.765,7	48,8%	10.096,8	45,0%	-25,8%	-13,5%
Depósitos à prazo	4.900,0	22,0%	2.514,1	10,4%	1.927,0	8,6%	94,9%	154,3%
Captações no mercado aberto	1.591,5	7,1%	2.024,6	8,4%	1.637,7	7,3%	-21,4%	-2,8%
Recursos de aceites e emissão de títulos	2.249,6	10,1%	3.155,7	13,1%	4.004,1	17,8%	-28,7%	-43,8%
Relações interfinanceiras	851,2	3,8%	804,9	3,3%	754,1	0,5%	5,8%	12,9%
Relações interdependências	4,5	0,0%	6,8	0,0%	29,0	0,1%	-33,5%	-84,5%
Obrigações por empréstimos	-	0,0%	134,1	0,6%	154,7	0,7%	0,0%	-100,0%
Instrumentos financeiros derivativos	202,6	0,9%	145,7	0,6%	16,4	0,1%	39,0%	1135,6%
Outras obrigações	3.723,4	16,7%	3.486,2	14,5%	3.758,5	19,6%	6,8%	-0,9%
Total	22.278,4	100,0%	24.092,6	100,0%	22.451,7	100,0%	-7,5%	-0,8%

Depósitos

O saldo da conta de depósitos reduziu 4,7% em relação a 2016 e aumentou 12,9%, se comparado com o ano de 2015, passando de R\$14.334,5 milhões em 2016, para R\$13.655,6 milhões em 2017, devido principalmente à queda do volume das captações de recursos por meio de depósitos interfinanceiros, que apresentou queda de 25,8% e 13,5%, se comparados com os exercícios de 2016 e 2015, respectivamente.

Captações no mercado aberto

O saldo da conta de captações no mercado aberto encerrou o ano de 2017 com o montante de R\$1.591,5 milhões, apresentando quedas de 21,4% e 2,8% quando comparado aos saldos dos exercícios findos em 2016 e 2015, respectivamente. Essa redução ocorreu devido à queda no volume das captações com lastro em títulos públicos de nossa carteira própria.

Recursos de aceite e emissão de títulos

O saldo da conta de recursos de aceite e emissão de títulos encerrou o ano de 2017 em R\$2.249,6 milhões, apresentando queda de 28,7% e 43,8% frente aos saldos de R\$3.155,7 milhões e R\$4.004,1 milhões ao final de 2016 e 2015, respectivamente, devido, principalmente, à liquidação, em 04 de agosto de 2015, da dívida sênior emitida no exterior (*Euro Medium-Term Notes*).

Relações interfinanceiras

O saldo da conta de relações interfinanceiras encerrou o ano de 2017 com saldo de R\$851,2 milhões, um aumento de 5,8% e 12,9% quando comparados com os montantes de 2016 e 2015, respectivamente.

Instrumentos financeiros derivativos

O saldo passivo da conta de instrumentos financeiros derivativos encerrou o exercício de 2017 com R\$202,6 milhões, frente aos exercícios de 2016 e 2015 com saldos de R\$145,7 milhões e R\$16,4 milhões respectivamente.



Outras obrigações

O saldo da conta de outras obrigações reduziu 15,6% de 2015 para 2017, passando de R\$4.409,8 milhões para R\$3.723,4 milhões e diminuiu 6,8% em relação ao saldo de 2016, onde encerrou com saldo de R\$3.486,2 milhões.

Patrimônio Líquido

Ao final de 2017, o Patrimônio Líquido consolidado era de R\$3.555,8 milhões, representando um aumento de 4,2% frente aos R\$3.412,2 milhões de 2016 e uma queda de 2,4% se comparado com os R\$3.643,8 milhões ao final de 2015.

Análise das Demonstrações de Resultados do Exercício (DRE)

R\$ milhões	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015	2017 vs. 2016	2017 vs. 2015
Rendas de operações de crédito	7.779,4	6.922,9	6.385,7	12,4%	21,8%
Resultado de operações de arrendamento mercantil	0,9	2,4	9,3	-59,8%	-89,8%
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	287,2	463,4	386,6	-38,0%	-25,7%
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(305,6)	(831,9)	733,8	-63,3%	-141,7%
Resultado de operações de câmbio	18,5	(1,2)	183,8	-1589,2%	-89,9%
Receitas de intermediação financeira	7.780,3	6.555,5	7.699,2	18,7%	1,1%
Operações de captação no mercado	(2.403,6)	(2.487,3)	(3.755,3)	-3,4%	-36,0%
Operações de empréstimos e repasses	(1,5)	16,2	(40,1)	-109,3%	-96,2%
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.119,8)	(1.118,4)	(1.024,9)	0,1%	9,3%
Despesas da intermediação financeira	(3.524,9)	(3.589,5)	(4.820,3)	-1,8%	-26,9%
Resultado bruto de intermediação financeira	4.255,4	2.966,0	2.878,9	43,5%	47,8%
Receita de prestação de serviços	403,2	489,4	480,9	-17,6%	-16,1%
Resultado de equivalência patrimonial	(3,0)	33,2	-	-109,0%	0,0%
Despesas de pessoal	(463,6)	(508,8)	(528,5)	-8,9%	-12,3%
Outras despesas administrativas	(2.086,0)	(2.072,5)	(1.748,5)	0,7%	19,3%
Despesas tributárias	(220,0)	(235,1)	(243,8)	-6,4%	-9,8%
Outras receitas operacionais	262,6	205,0	250,7	28,1%	4,8%
Outras despesas operacionais	(2.047,7)	(1.261,0)	(1.214,2)	62,4%	68,6%
Outras receitas (despesas) operacionais	(4.154,4)	(3.349,9)	(3.003,4)	24,0%	38,3%
Resultado operacional	101,0	(383,9)	(124,5)	-126,3%	-181,1%
Resultado não operacional	152,3	(66,5)	(74,4)	-329,0%	-304,7%
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	253,3	(450,4)	(198,9)	-156,2%	-227,3%
Provisão para imposto de renda	(1,4)	23,1	9,7	-106,0%	-114,2%
Provisão para contribuição social	(0,6)	(7,2)	(2,4)	-92,3%	-76,8%
Ativo fiscal diferido	(38,8)	197,2	199,6	-119,6%	-119,4%
Provisão para imposto de renda e contribuição social	(40,7)	213,2	206,9	-119,1%	-119,7%
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	212,6	(237,2)	8,0	-189,6%	2557,6%

Receitas de intermediação financeira

As receitas de intermediação financeira somaram R\$7.780,3 milhões em 2017, aumento de 18,7% frente aos R\$6.555,5 milhões de 2016 e aumento de 1,1% frente aos R\$7.699,2 milhões de 2015. Essas receitas são compostas pelos resultados com operações de crédito, pelo resultado de operações de arrendamento mercantil, pelo resultado de operações com títulos e valores mobiliários, pelo resultado com instrumentos financeiros derivativos e pelo resultado com operações de câmbio. A flutuação na linha de instrumentos financeiros e derivativos reflete em grande parte a variação cambial



(*hedge*) que resultou na flutuação inversa nas despesas com captações. Analisando apenas as rendas de operações de crédito, houve aumento nos três últimos exercícios.

Despesas de intermediação financeira

As despesas de intermediação financeira somaram R\$3.524,9 milhões ao final de 2017, queda de 1,8% em relação às despesas de R\$3.589,5 milhões de 2016 e redução de 26,9% frente às despesas R\$4.820,3 milhões de 2015. Como comentado, essas flutuações têm relação com o movimento do dólar sobre as captações externas, que possuem *hedge*.

Além das despesas com captação, as operações de empréstimos e repasses e a provisão para créditos de liquidação duvidosa compõem as despesas da intermediação financeira.

Resultado bruto de intermediação financeira

O resultado bruto de intermediação financeira foi de R\$4.255,4 milhões em 2017, registrando aumento de 43,5% frente aos R\$2.966,0 milhões de 2016, e aumento de 47,8% frente aos R\$2.878,9 milhões de 2015, aumentos justificados basicamente pelo aumento das receitas com operações de crédito.

Outras receitas/despesas operacionais

Com relação à linha de outras receitas/despesas, a Companhia apresentou, ao final de 2017, uma despesa de R\$4.154,4 milhões, apresentando um aumento de 24,0% em relação aos R\$3.349,9 milhões de 2016, e um aumento de 38,3% em relação aos R\$3.003,4 milhões de 2015. Esse aumento foi consequência, principalmente, da elevação das contas de "outras despesas administrativas", devido ao aumento das despesas com comissões pagas a correspondentes.

Resultado operacional

Diante dos movimentos apresentados nos itens acima, o PAN apresentou resultado operacional positivo de R\$101,0 milhões em 2017, apresentando melhora em relação aos resultados negativos de R\$383,9 milhões em 2016 e R\$124,4 milhões em 2015.

Resultado não operacional

O PAN encerrou o ano de 2017 com um resultado não operacional positivo em R\$152,3 milhões, frente aos resultados negativos de R\$66,5 milhões em 2016 e de R\$74,4 milhões em 2015.

Provisão para imposto de renda e contribuição social

As provisões para imposto de renda e contribuição social totalizaram despesa de R\$40,7 milhões em 2017, frente às receitas de R\$213,2 milhões em 2016 e de R\$206,9 milhões em 2015. Em 07/10/2015 foi publicada a Lei nº 13.169/15 que elevou, de 15% para 20%, a alíquota de Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) de instituições financeiras.



Diante dessa alteração, o PAN reconheceu o montante de R\$119,9 milhões e a Pan Arrendamento Mercantil S.A. o montante de R\$3,3 milhões referentes a créditos tributários sobre diferenças temporárias com expectativa de realização até 12/2018, que contribuíram para o aumento da receita de Imposto de Renda e CSLL naquele período.

Resultado do exercício

O PAN apresentou lucro líquido de R\$212,6 milhões em 2017, comparado ao prejuízo líquido R\$237,2 milhões em 2016 e ao lucro de R\$8,1 milhões em 2015.

10.2 Comentários dos diretores sobre

a. Resultados das operações da Companhia, em especial:

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Os principais componentes da receita da Companhia incluem: receitas de operações de crédito e arrendamento mercantil, ganhos em cessões de crédito a outras instituições financeiras, receitas de prestação de serviços e receitas de valores mobiliários e operações com derivativos.

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A mudança nas regras de comissionamento impostas pela Circular BACEN nº 3.738/14, trouxe maior impacto em 2016 inclusive pelo aumento do volume originado nas operações de crédito consignado.

Além disso, os resultados trimestrais e anuais são impactados pelo volume e *mix* das cessões de carteiras de crédito sem coobrigação realizadas em cada período. As cessões de carteira sem coobrigação (que incluem créditos de veículos, consignado e imobiliário) totalizaram R\$7.738 milhões em 2017 frente aos R\$9.861 milhões em 2016 e R\$ 10.488 milhões em 2015.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

Não houve alterações relevantes a serem citadas.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia.

Inflação

O resultado líquido da Companhia pode ser prejudicado pela alta dos índices inflacionários no Brasil, que, em geral, elevam os custos e reduzem as margens operacionais, caso a alta da inflação não seja acompanhada de concomitante alta das taxas e *spreads* de juros. Ademais, a inflação pode também contribuir para – ou ser acompanhada de – um aumento da volatilidade do mercado em decorrência de



incertezas econômicas, quedas nos gastos da população, menor crescimento da renda real, desemprego e redução da confiança do consumidor.

Taxas de Juros

As flutuações das taxas de juros brasileiras afetam significativamente os resultados operacionais da Companhia. Em geral, a elevação das taxas de juros pode afetar positivamente as receitas, uma vez que a remuneração das operações de crédito também se elevam em função de *spreads* maiores (maior diferença entre a receita proveniente dos ativos geradores de receita e os custos de captação) e os investimentos da Companhia que rendem juros pagam uma maior remuneração. No entanto, aumentos das taxas de juros também podem afetar negativamente os resultados operacionais e carteiras de crédito da Companhia, em vista da redução da demanda por crédito e do aumento do risco de inadimplência por parte dos clientes. Além disso, as despesas geradas pelos passivos com incidência de juros também tendem a aumentar e como o aumento dessa despesa acontece antes do eventual repasse na taxa de juros praticada pela Companhia na concessão de créditos, o efeito inicial deste aumento pode ser negativo.

Já as quedas nas taxas de juros são capazes de reduzir as receitas provenientes de operações de crédito devido a *spreads* menores (menor diferença entre a receita proveniente dos ativos geradores de receita e os custos de captação), de forma a levar a uma redução das receitas e a uma consequente piora nos resultados da Companhia. Por outro lado, poderá, eventualmente, ser compensada por um crescimento do volume de crédito, em decorrência de uma maior demanda, desde que a Companhia tenha condições de conceder crédito para atender a tal demanda sem que os níveis de inadimplência das operações aumentem de forma significativa, bem como pela própria redução do risco de inadimplência dos clientes em função de taxas de juros mais baixas. Além disso, como a redução das despesas vinculadas a taxas de juros, principalmente as despesas de captação, acontece antes da redução da taxa de juros praticada pela Companhia na concessão de créditos, o efeito inicial dessa queda pode ser positivo.

Taxas de Câmbio

As variações de taxa de câmbio, no modelo atual de negócios da Companhia, não causam impactos relevantes em seus resultados.

10.3 Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve alterações relevantes a serem citadas.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Reorganização Societária do Conglomerado PAN - 2015

Em 30 de setembro de 2015, a empresa PAN Holding S.A foi totalmente cindida, com versão das parcelas cindidas para (i) o Banco PAN; (ii) a Brazilian Securities Companhia



de Securitização; (iii) a BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda.; e (iv) a BMSR II Participações S.A.. Nessa mesma data, a empresa BMSR II Participações S.A. foi incorporada pela Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária. Vale ressaltar que essas alterações societárias estão pendentes de aprovação pelo BACEN.

Reorganização Societária do Conglomerado PAN – 2016

Em 20 de dezembro de 2016, a empresa PanServ Prestadora de Serviços Ltda. foi incorporada pelo Banco PAN (aprovado pelo BACEN em 28/06/2017).

Reorganização Societária do Conglomerado PAN – 2017

Em 28 de dezembro de 2017, a empresa Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária foi incorporada pelo Banco Pan (aprovado pelo BACEN em 16/11/2017).

c. *Eventos ou operações não usuais*

Em 31 de outubro de 2017 o Banco PAN concluiu a alienação da participação societária que a Companhia detinha na Stone Pagamentos S.A. ("Stone"), mediante assinatura de Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avencas com a DLP Pagamentos Brasil S.A. ("DLP"). A Companhia alienou à DLP um total de 480.311 (quatrocentos e oitenta mil e trezentas e onze) ações ordinárias, correspondente a 10,10% (dez inteiros e dez centésimos por cento) do capital social da Stone, pelo valor total de R\$ 229.000.000,00 (duzentos e vinte e nove milhões de reais);

Em 29 de agosto de 2017, ao amparo da Medida Provisória (MP) nº 783/17, a Companhia celebrou contrato de cessão onerosa ao BTG Pactual de créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL não ativados no montante de R\$ 410.000.000,00. A transação foi realizada pelo valor de R\$ 102.500.000,00, os quais foram registrados contabilmente no momento da cessão.

No dia 06 de novembro de 2017 foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia aumento de capital, dentro do limite do capital autorizado, no valor de R\$ 400.000.001,04 (quatrocentos milhões de reais, um real e quatro centavos), através da subscrição de 212.765.958 (duzentos e doze milhões, setecentos e sessenta e cinco mil e novecentas e cinquenta e oito) ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo 122.530.888 (cento e vinte e dois milhões, quinhentos e trinta mil e oitocentos e oitenta e oito) ações ordinárias e 90.235.070 (noventa milhões, duzentos e trinta e cinco mil e setenta) ações preferenciais. Em 07 de fevereiro de 2018 nova reunião do Conselho de Administração da Companhia foi realizada para homologar o aumento de capital, sendo que em seguida o Banco PAN submeteu tal aumento para homologação do Banco Central do Brasil, nos termos da regulamentação aplicável.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a. *Mudanças significativas nas práticas contábeis*

2017

Não houve mudanças significativas.



2016

Não houve mudanças significativas.

2015

A partir de 02 de janeiro de 2015, o Banco PAN adotou os critérios de registro contábil das remunerações pagas aos correspondentes bancários, facultados nos termos da Circular do BACEN nº 3.693/13 com alterações posteriores trazidas pela Circular do BACEN nº 3.738/14.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Com adoção da Circular do BACEN nº 3.738/14 o valor lançado para despesa no ato da origemação foi de R\$ 433,0 milhões em 2017 e em 2016 foi de R\$ 304,7 relativo a 2/3 das comissões, já em 2015 o valor lançado para despesa relativo a 1/3 das comissões no ato da origemação foi de R\$ 125,4 milhões.

c. Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Provisão para créditos de liquidação duvidosa – “PCLD” (Notas Explicativas 3f e 8)

O Banco PAN e suas controladas atuam substancialmente no setor do varejo, conforme divulgado na nota explicativa 1. A determinação do valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PCLD”) continua exigindo julgamento por parte da Administração na determinação de premissas e critérios utilizados.

O processo estabelecido considera as normas e instruções determinadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Banco Central do Brasil (BACEN), associados ao julgamento e premissas utilizadas pela Administração para determinação do risco de crédito. Tendo em vista esses aspectos, esta área continua sendo foco em nossa avaliação.

Ambiente de tecnologia da informação

O Banco PAN e suas controladas operam em um ambiente de negócio no qual a estrutura de tecnologia de informação é crítica para o desenvolvimento de suas operações e a continuidade de seus processos de negócios, os quais envolvem o processamento de um elevado número de transações diariamente, além de diversos processos para gestão de acessos e segurança da informação.

Os riscos relativos aos processos de tecnologia da informação que suportam as transações nos diferentes sistemas legados, podem, eventualmente, resultar em informações críticas incorretas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras.

Em função desses aspectos, essa foi uma área de foco em nossa auditoria.

Como parte de nossos procedimentos de auditoria, com o auxílio de nossos especialistas de sistemas, entendemos o desenho e testamos os controles gerais relevantes de tecnologia e segurança da informação, relacionados aos processos de gerenciamento e desenvolvimento de mudanças sistêmicas, segurança de acessos a programas e banco de dados, segurança física do centro de processamento de dados, incluindo os controles compensatórios, quando necessários.



Também testamos os controles automatizados ou as informações dependentes de tecnologia, restrições de acessos e segregações de funções relacionados aos processos relevantes para a preparação das demonstrações financeiras.

Os resultados de nossos procedimentos nos proporcionaram evidência razoável de auditoria com relação ao ambiente de tecnologia da informação relacionado com o processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Créditos Tributários

O Banco PAN e suas controladas apresentam créditos tributários no total de R\$ 3,2 bilhões, provenientes de adições temporárias nas bases de cálculo do Imposto de Renda – Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas, reconhecidos com base em projeção de lucros tributários para a realização desses créditos tributários. Essa projeção, preparada a partir de estudo do cenário atual e futuro pela Administração do Banco, envolve julgamentos e premissas subjetivas.

Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, pois a utilização de diferentes premissas na projeção do lucro tributário poderia modificar significativamente os prazos e valores previstos para realização dos créditos tributários, bem como deixar de atender aos requisitos do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil para registro e manutenção desses ativos nas demonstrações financeiras.

Realizamos o entendimento dos processos de apuração e registro nos termos das normas fiscais e contábeis relacionadas aos créditos tributários incluindo os requisitos específicos do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, bem como obtivemos o entendimento das premissas relevantes estabelecidas pela Administração para a estimativa de projeção de lucros tributários para realização dos créditos tributários.

A auditoria independente comparou as premissas utilizadas pelo Banco e suas controladas para projeção de lucros tributários com as projeções orçamentárias aprovadas pelo Conselho de Administração e com as projeções macroeconômicas divulgadas no mercado, bem como analisamos os dados históricos para corroborar a consistência dessas estimativas de realização.

A auditoria independente considera que as premissas e critérios adotados pela Administração do Banco são razoáveis em relação ao registro, manutenção e realização do crédito tributário.

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros



Políticas contábeis críticas

Títulos e valores mobiliários:

Os títulos e valores mobiliários são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, com base na taxa de remuneração e em razão da fluência dos prazos dos papéis e ajustados a valor de mercado, quando aplicável. Eles são classificados nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação – são títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda – são títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários. Ganhos e perdas não realizados são reconhecidos no resultado do período, quando efetivamente realizados; e
- Títulos mantidos até o vencimento – são títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Instrumentos financeiros derivativos:

Os instrumentos financeiros derivativos são compostos pelas operações de contratos futuros, swap e termo. São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando-se em conta se sua finalidade é para proteção contra risco (hedge) ou não. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros de acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02 e a Carta-Circular BACEN nº 3.026/02.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são avaliadas a valor de mercado, contabilizando-se sua valorização ou desvalorização em contas de resultado. Para os instrumentos financeiros derivativos considerados como hedge de risco de mercado, também são registrados ganhos ou perdas no resultado, realizados ou não realizados, dos ativos e passivos financeiros objeto de hedge.

O Banco PAN utiliza instrumentos financeiros derivativos prioritariamente como hedge para compensar variações desfavoráveis de valor de mercado nas posições assumidas.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos e dos respectivos objetos de hedge é apurado utilizando-se das informações de mercado disponíveis, principalmente os preços e as taxas divulgados pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão ("B3"). Quando aplicáveis, são utilizados modelos matemáticos de interpolação de taxas para os prazos intermediários e de extrapolação de taxas para os prazos superiores.



Para a apuração do valor de mercado dos contratos de swap, foi utilizado o fluxo de caixa futuro, descontado a valor presente pelas curvas de juros futuros, obtidas com base em informações da B3.

O processo de marcação a mercado para os contratos futuros, tais como os contratos de juros (DI 1 dia), câmbio (DOL) e cupom cambial (DDI) é definido pelo preço de mercado em formato de Preço Único (PU) que é divulgado diariamente pela B3. A partir deste preço, os valores dos ajustes diários são registrados e contabilizados no ativo ou no passivo, sendo apropriados diariamente ao resultado como receita ou despesa.

As operações com instrumentos financeiros derivativos (contratos futuros, termo de moeda e swap) são custodiadas na B3 ou no Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (CETIP S.A.). Os diferenciais a receber e a pagar, dos instrumentos financeiros derivativos, ativos e passivos, são registrados nas respectivas contas patrimoniais de "instrumentos financeiros derivativos" em contrapartida às respectivas contas de "resultado com instrumentos financeiros derivativos" e os valores nominais dessas operações são registrados em contas de compensação.

O contrato a termo de moeda estrangeira sem entrega física (ou Non Deliverable Forward – NDF) é negociado em mercado de balcão. É uma operação de compra ou venda de moeda estrangeira, em uma data futura e a uma paridade predeterminada. A liquidação financeira ocorre pela diferença entre a paridade inicial do contrato e a cotação de referência na data de vencimento. Para a precificação dos NDFs foram utilizadas as curvas de juros futuros, obtidas com base em informações da B3.

Operações de crédito:

As operações de crédito, arrendamento mercantil, adiantamento sobre contratos de câmbio, recebíveis imobiliários e outros créditos com características de concessão de crédito, são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação à operação, aos devedores e garantidores, com observância dos parâmetros e diretrizes estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo). Adicionalmente, também são considerados, para atribuição dos níveis de riscos dos clientes os períodos de atraso definidos na referida Resolução, assim como a contagem em dobro para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial do Banco.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente à renegociação. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão, e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa de operação de crédito ou



quando novos fatos relevantes justificarem a mudança de níveis de risco, poderá ocorrer a reclassificação de operação para categoria de menor risco.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e considera as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa relativa às operações de crédito cedidas com coobrigação é calculada de acordo com as mesmas diretrizes estabelecidas pelo BACEN para as operações de crédito ativas.

Operações de venda ou transferência de ativos financeiros:

A partir de 01/02/2012, as operações de venda ou transferência de ativos financeiros são classificadas e registradas conforme segue:

- Para o registro contábil da venda ou da transferência de ativos financeiros classificada na categoria operações com transferência substancial dos riscos e benefícios, são observados os seguintes procedimentos:
 - ✓ Em operações de venda de ativos, o ativo financeiro objeto de venda ou de transferência é baixado do título contábil utilizado para registro da operação original. O resultado positivo ou negativo apurado na negociação é apropriado ao resultado do período de forma segregada; e
 - ✓ Em operações de compra de ativos, o ativo financeiro adquirido é registrado pelo valor pago, em conformidade com a natureza da operação original.
- Para o registro contábil da venda ou da transferência de ativos financeiros classificada na categoria operações com retenção substancial dos riscos e benefícios, são observados os seguintes procedimentos:
 - ✓ Em operações de venda de ativos, o ativo financeiro objeto da venda ou da transferência permanece, na sua totalidade, registrado no ativo. Os valores recebidos na operação são registrados no ativo, tendo como contrapartida o passivo referente à obrigação assumida e as receitas/despesas são apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação; e
 - ✓ Em operações de compra de ativos, os valores pagos na operação são registrados no ativo como direito a receber e as receitas são apropriadas ao resultado do período, pelo prazo remanescente da operação.

Benefício Residual em Operações Securitizadas:

Corresponde ao saldo residual, líquido de eventuais garantias prestadas, dos patrimônios separados das operações securitizadas que, de acordo com a Lei 9.514/97, será reintegrado o patrimônio comum da companhia securitizadora no momento da



extinção do regime fiduciário e liquidação dos respectivos certificados de recebíveis imobiliários.

Uso de estimativas contábeis:

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) a estimativa dos créditos tributários ativados; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado e amortizações de intangíveis; (iii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes; (iv) provisões para perdas em bens não de uso; (v) provisão para créditos e arrendamento mercantil de liquidação duvidosa; (vi) perda ao valor recuperável de ativos não financeiros e (vii) estimativa do valor justo de certos instrumentos financeiros. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

10.6 – Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

a. Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)

- i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos;**
- ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos;**
- iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços;**
- iv. contratos de construção não terminada; e**
- v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos.**

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não existem outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

10.7 – Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia.**

Não aplicável.



ANEXO II

Destinação de lucro líquido da Companhia, conforme previsto no artigo 9º, parágrafo único, inciso II da Instrução CVM 481/09

1. Informar o prejuízo/lucro líquido do exercício.

Em 31 de dezembro de 2017, o Banco PAN apresentou lucro acumulado de R\$212,6 milhões no balanço individual e consolidado.

Em 31 de dezembro de 2016, Banco PAN apresentou prejuízo líquido de R\$237,2 milhões no balanço individual e consolidado.

Em 31 de dezembro de 2015, o Banco PAN apresentou lucro líquido de R\$ 8,0 milhões no balanço individual e consolidado.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados.

Com relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foi proposta distribuição de juros sobre o capital próprio no montante de R\$69.799.999,92. Em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 houve distribuição de juros sobre o capital próprio no montante de R\$3.151.787,58.

Não houve distribuição de dividendos, dividendos antecipados ou juros sobre o capital próprio relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 devido ao prejuízo apresentado, conforme item 1.

A tabela a seguir demonstra o total de juros sobre o capital próprio provisionados relativos aos exercícios de 2017 e 2015.

Descrição	Valor R\$mil	Valor por Ação ON		Valor por Ação PN	
		Bruto	Líquido de IRRF	Bruto	Líquido de IRRF
Juros sobre o Capital Próprio a pagar até 31/12/2018	69.800	0,061131219	0,051961536	0,061131219	0,051961536
Juros sobre o Capital Próprio pagos em 31/12/2016	3.152	0,003392520	0,002883642	0,003392520	0,002883642

Os juros sobre capital próprio relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 serão pagos com retenção de 15% de imposto de renda na fonte, na forma da legislação em vigor

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído.



A tabela a seguir demonstra o percentual do lucro líquido a ser distribuído relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Descrição	Valor R\$mil	Percentual ¹
Lucro Líquido do Exercício de 2017	212.606	-
Prejuízo acumulado de exercício anterior	(34.311)	
Resultado antes da reserva legal	178.295	
(-) Reserva Legal	(8.915)	-
Base de Cálculo	169.380	-
Juros sobre o capital próprio (bruto) provisionados	69.800	41,2
Imposto retido na fonte sobre os juros sobre o capital próprio	(10.470)	-
Juros sobre o capital próprio (líquido) provisionados	59.330	35,0

¹ Percentual dos juros sobre o capital próprio sobre a base de cálculo.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores.

Exercício de 2015 Descrição	Valor R\$mil	Valor por Ação ON		Valor por Ação PN	
		Bruto	Líquido de IRRF	Bruto	Líquido de IRRF
Juros sobre o Capital Próprio pagos em 31/12/2016	3.152	0,003392520	0,002883642	0,003392520	0,002883642

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Não haverá distribuição de dividendos, ou juros sobre capital próprio ("JCP"), além do declarado no item 2, acima.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio



Não aplicável.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Não aplicável.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores:

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Não aplicável.

b. Informar a data dos respectivos pagamentos

Não aplicável.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

Classe ação	2017 - R\$mil	2016 - R\$mil	2015 - R\$mil
ON	122.439	-	4.637
PN	90.167	-	3.415
Total	212.606	-	8.052

b. Dividendos e juros sobre capital próprio distribuídos nos 3 (três) exercícios anteriores

Classe ação	2017 - R\$mil	2016 - R\$mil	2015 - R\$mil
ON	40.197	-	1.815
PN	29.603	-	1.337
Total	69.800	-	3.152

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal:

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

Em 31 de dezembro de 2017, foi constituída reserva legal no montante de R\$8,9 mil e foi realizada a absorção de prejuízo acumulado no montante de R\$34,3 mil.

Em 31 de dezembro de 2016, foi realizada a absorção da reserva legal no montante de R\$634,1 mil, face ao prejuízo acumulado do exercício de 2016.

Em 31 de dezembro de 2015, foi constituída reserva legal no montante de R\$403 mil.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Nos termos do estatuto social, o Banco PAN deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital



social do Banco PAN. Nos termos do artigo, 193, §1º, da Lei nº 6.404/76, o Banco PAN poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos:

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Nos termos do estatuto social, o PAN destinou 35% do lucro líquido ajustado referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para o pagamento de JCP a serem imputados nos dividendos obrigatórios.

Em 31 de dezembro de 2016, o Banco PAN apresentou prejuízo acumulado de R\$237,2 milhões no balanço individual e consolidado.

Nos termos do estatuto social, o PAN destinou 35% do lucro líquido ajustado referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para o pagamento de JCP a serem imputados nos dividendos obrigatórios.

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Sim.

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não aplicável.

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

A Companhia possui apenas uma classe de ações preferenciais, para a qual será pago o valor global de R\$29,6 mil.

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

A Companhia possui apenas uma classe de ações preferenciais, para a qual será pago o valor de R\$ 0,061131219 por ação.

10. Em relação ao dividendo obrigatório:

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Nos termos do estatuto social, o Banco PAN deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital social do Banco PAN. Nos termos do artigo, 193, §1º, da Lei nº 6.404/76, o Banco PAN poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.



b. Informar se ele está sendo pago integralmente

Sim.

c. Informar o montante eventualmente retido

Não aplicável.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia:

a. Informar o montante da retenção

Não aplicável.

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não aplicável.

c. Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências:

a. Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não aplicável.

c. Explicar porque a perda foi considerada provável

Não aplicável.

d. Justificar a constituição da reserva

Não aplicável.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar:

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

O montante de reserva de lucros no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 108,5 mil.

b. Informar a natureza dos lucros não realizados que deram origem à reserva

Não aplicável.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias:



a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Tem por fim assegurar recursos para atender as necessidades regulatória e operacional de valor de patrimônio líquido da Companhia, podendo ser convertida em capital social por deliberação do Conselho de Administração observado o limite do capital autorizado, e poderá ser formada de acordo com proposta do Conselho de Administração, com até 100% do lucro líquido que remanescer após as destinações dos lucros apurados anualmente, não podendo ultrapassar o valor do capital social da Companhia.

b. Identificar o montante destinado à reserva

Em 31 de dezembro de 2017, foi realizada a absorção do prejuízo no montante de R\$34,3 milhões e constituição de reserva de lucros no montante de R\$ 108,5 milhões sendo, R\$ 8,9 milhões de reserva legal e R\$ 99,6 milhões de reservas para integridade do Patrimônio Líquido.

Em 30 de dezembro de 2016, foi realizada a absorção da reserva para integridade do patrimônio líquido no montante de R\$7,1 milhões, face ao prejuízo acumulado do exercício de 2016.

O montante destinado à reserva estatutária em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$4,5 milhões.

c. Descrever como o montante foi calculado

Em 31 de dezembro de 2017, o montante transferido para a Reserva de lucros consiste no resultado do período, menos a absorção do prejuízo, menos a Reserva Legal, menos a provisão para pagamento de JCP.

Em 31 de dezembro de 2015, o montante transferido para a Reserva Estatutária consiste no resultado do período, menos a Reserva Legal, menos a provisão para pagamento de JCP.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital:

a. Identificar o montante da retenção

Não aplicável.

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Não aplicável.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais:

a. Informar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

b. Explicar a natureza da destinação

Não aplicável.



ANEXO III

Comentários sobre a Indicação de membros do Conselho Fiscal e membro do Conselho de Administração da Companhia, nos termos do Item 12 do Formulário de Referência da Instrução CVM 480/09.

12.5. Em relação a cada um dos administradores, indicar:

Conselho de Administração:

a. nome	Marcelo Adilson Tavarone Torresi
b. data de nascimento	08/10/1969
c. profissão	Engenheiro
d. CPF ou número do passaporte	117.512.988-76
e. cargo eletivo ocupado	Membro Efetivo do Conselho de Administração
f. data de eleição	27/04/2018
g. data da posse	Após a homologação do Banco Central do Brasil
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2019
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não há
j. se foi eleito pelo controlador ou não	Não
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não
l. número de mandatos consecutivos	Não há
m. informações sobre:	



i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	
<ul style="list-style-type: none">nome e setor de atividade da empresa	Vikstar Contact Center; Pilotage Investimentos; e Banco PAN S.A.
<ul style="list-style-type: none">cargo	Membro do Conselho de Administração da Vikstar Contact Center; Diretor Geral da Pilotage Investimentos; e Membro do Conselho Fiscal do Banco PAN S.A.
<ul style="list-style-type: none">se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Não há
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não há
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma	Não há



atividade profissional ou comercial qualquer	
--	--

Conselho Fiscal:

a. nome	Rodrigo Toledo Cabral Cota
b. data de nascimento	24/03/1977
c. profissão	Administrador de Empresas / Servidor Público Federal
d. CPF ou número do passaporte	023.435.024-55
e. cargo eletivo ocupado	Membro Efetivo do Conselho Fiscal
f. data de eleição	27/04/2018
g. data da posse	Após a homologação do Banco Central do Brasil
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2019
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não há
j. se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não
l. número de mandatos consecutivos	Nenhum
m. informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	



<ul style="list-style-type: none">nome e setor de atividade da empresa	Ministério da Fazenda e Ministério do Planejamento / Administração Pública
<ul style="list-style-type: none">cargo	Subsecretário de Crédito à Exportação da SAIN/MF; Assessor da Secretaria Executiva do Ministério do Planejamento; Assessor da Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda; Diretor de Programa da Secretaria Executiva do Ministério do Planejamento; Secretário Executivo Adjunto do Ministério do Planejamento; Subsecretário de Governança das Estatais da Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda.
<ul style="list-style-type: none">se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Membro do Conselho de Administração da Emgea – Empresa Gestora de Ativos S.A.
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não há
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou	Não há



administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	
--	--

a. nome	Paulo Roberto Salvador Costa
b. data de nascimento	31/08/1958
c. profissão	Contador
d. CPF ou número do passaporte	003.188.108-40
e. cargo eletivo ocupado	Membro Efetivo do Conselho Fiscal
f. data de eleição	27/04/2018
g. data da posse	Após a homologação do Banco Central do Brasil
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2019
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não há
j. se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não
l. número de mandatos consecutivos	8 (oito)
m. informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	



<ul style="list-style-type: none">nome e setor de atividade da empresa	Grupo BCN (Banco de Investimento, Administradora de bens, Seguradora e Prestadoras de Serviços); Banco Sistema S.A. (Sistema CCVM e Sistema Leasing); Cotia Trading
<ul style="list-style-type: none">cargo	Responsável técnico contábil; Gerente de Controladoria; e dentre outros cargos exercidos em diversas empresas.
<ul style="list-style-type: none">se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Não há
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não há
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não há



a. nome	Peter Edward Cortes Marsden Wilson
b. data de nascimento	05/02/1972
c. profissão	Administrador
d. CPF ou número do passaporte	168.126.648-20
e. cargo eletivo ocupado	Membro Efetivo do Conselho Fiscal
f. data de eleição	27/04/2018
g. data da posse	Após a homologação do Banco Central do Brasil
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2019
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não há
j. se foi eleito pelo controlador ou não	Não
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não
l. número de mandatos consecutivos	Não há
m. informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	
• nome e setor de atividade da empresa	B2W S.A.; Grafisa S.A.; Riachuelo S.A.; Banco Mercantil do Brasil S.A.; Renova Energias; BRADESPAR S.A.; Heringer Fertilizantes S.A.; LOG-IN S.A.; Trisul S.A.; e Managrow Consultoria Estratégica em Finanças Ltda.;



<ul style="list-style-type: none">cargo	Membro do Conselho Fiscal da B2W S.A.; Membro do Conselho Fiscal da Gaisa S.A.; Membro do Conselho Fiscal da Riachuelo S.A.; Conselheiro Suplente de Administração do Banco Mercantil do Brasil S.A.; Membro do Conselho de Administração da Minupar S.A.; Membro do Conselho de Administração da Renova Energias Renováveis; Membro do Conselho Fiscal da BRADESPAR S.A.; Membro do Conselho Fiscal da Heringer Fertilizantes S.A.; membro do Conselho Fiscal da LOG-IN S.A.; Membro do Conselho Fiscal da Trisul S.A.; e Sócio da Managrow Consultoria Estratégia em Finanças Ltda.
<ul style="list-style-type: none">se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Não há
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não há
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha	Não há



suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	
a. nome	Danielle Ayres Delduque
b. data de nascimento	08/05/1975
c. profissão	Servidora Pública
d. CPF ou número do passaporte	670.041.801-15
e. cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho Fiscal
f. data de eleição	27/04/2018
g. data da posse	Após a homologação do Banco Central do Brasil
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2019
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não há
j. se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não
l. número de mandatos consecutivos	3 (três)
m. informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	



<ul style="list-style-type: none">nome e setor de atividade da empresa	Secretaria de Assuntos Internacionais – Ministério da Fazenda
<ul style="list-style-type: none">cargo	Coordenadora de Assuntos Econômicos Internacionais na Coordenação-Geral de Diálogo Econômico Internacional
<ul style="list-style-type: none">se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Não há
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	Não há
i. qualquer condenação criminal	Não há
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não há



a. nome	Giorgio Giuseppe Flavio Marchetti
b. data de nascimento	30/09/1949
c. profissão	Analista Financeiro
d. CPF ou número do passaporte	137.86.628-68
e. cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho Fiscal
f. data de eleição	27/04/2018
g. data da posse	Após a homologação do Banco Central do Brasil
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2019
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não há
j. se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não
l. número de mandatos consecutivos	8 (oito)
m. informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	Atua na área financeira, contábil, de investimentos nacionais e internacionais e atividades agrícolas.
• nome e setor de atividade da empresa	CFK participações Ltda.
• cargo	Analista Financeiro
• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é	Não



controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Não há
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não há
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não há

a. nome	Marcio Villas Boas Passos
b. data de nascimento	12/02/1971
c. profissão	Economista
d. CPF ou número do passaporte	911.779.797-72
e. cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho Fiscal



f. data de eleição	27/04/2018
g. data da posse	Após a homologação do Banco Central do Brasil
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2019
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não há
j. se foi eleito pelo controlador ou não	Não
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não
l. número de mandatos consecutivos	Não há
m. informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	
<ul style="list-style-type: none">nome e setor de atividade da empresa	<i>Invest Tech S.A.</i> – Gestora de Private Equity e Venture Capital; <i>CI&T</i> – Especialista em soluções digitais que lidera iniciativas complexas de inovação digital e crescimento em grandes empresas; <i>Thalassa Capital</i> – Consultoria estratégia e financeira; e <i>Gávea Investimentos</i> – Gestora de recursos de terceiros
<ul style="list-style-type: none">cargo	Diretor Executivo da <i>Invest Tech S.A.</i> , com foco em <i>Growth Equity</i> (Investimentos para alavancar crescimento de empresas); Membro Independente da <i>CI&T</i> , indicado pelo BNDES; Sócio da <i>Thalassa Capital</i> , com o foco em consultoria estratégia e financeira, para melhoria dos resultados operacionais e financeiros das empresas; e Sócio da <i>Gávea Investimentos</i> como responsável pelo departamento de Operações, Relações com Investidores, Execução de todos os documentos de



	captações e negociações dos termos de investimento e estruturas com os investidores.
<ul style="list-style-type: none">• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Não há
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	Não há
i. qualquer condenação criminal	Não há
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não há

12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores do emissor	Não há
-------------------------------	--------



b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor	Não há
c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor	Não há
d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	Não há

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviços ou controle de administradores e controladas e outros:

Não há relações de subordinação, prestação de serviços ou controle mantidas entre os membros do Conselho Fiscal e membro do Conselho de Administração indicados e (a) sociedades controladas, direta ou indiretamente, pela Companhia; (b) controlador direto ou indireto da Companhia; e (c) fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de suas controladas ou controladoras, ou controladas de quaisquer dessas pessoas.



ANEXO IV

Comentário sobre a remuneração dos administradores, nos termos do Item 13 do Formulário de Referência da Instrução CVM 480/09.

13.1 Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

a. *Objetivos da política ou prática de remuneração*

O objetivo da Política de Remuneração de Administradores da Companhia é compensar adequadamente a competência e o comprometimento dos seus profissionais, por meio da adoção de política de remuneração voltada ao crescimento dos valores individuais e coletivos. A remuneração dos conselheiros e diretores da Companhia segue padrões de mercado, sendo paga na forma de pró-labore ou salário fixo.

Conselho de Administração

A remuneração dos membros do Conselho de Administração é determinada de acordo com as práticas de mercado.

Diretoria Estatutária

A remuneração dos membros da Diretoria é baseada nas responsabilidades de cada membro e nas práticas de mercado, objetivando criar e manter uma estrutura de remuneração que confira consistência interna, competitividade externa e eficácia motivacional a todos os níveis da Diretoria.

Conselho Fiscal

Nos termos do parágrafo 3º, do artigo 162 da Lei 6.404/76, no exercício de 2017, os membros do Conselho Fiscal receberam remuneração correspondente a 10% do valor médio da remuneração fixa dos membros da Diretoria.

Comitê de Auditoria

A remuneração dos membros do Comitê de Auditoria é determinada de acordo com as funções e responsabilidades de cada membro e de acordo com as práticas de mercado.

b. *Composição da remuneração*

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles



Conselho de Administração

A remuneração do Conselho de Administração é composta exclusivamente por pró-labore mensal, cujo objetivo é remunerar o profissional pelas atribuições e responsabilidades pertinentes ao cargo exercido, não havendo outros elementos, sejam eles de remuneração variável, benefícios ou incentivos de longo prazo.

Diretoria Estatutária

A remuneração dos Diretores é composta da seguinte forma: por (i) pró-labore mensal e (ii) benefícios (os quais são compostos por seguro de vida, assistência médica e odontológica). O objetivo da remuneração paga aos Diretores é a seguinte:

- (i) Pró-labore mensal – remunerar os Diretores pelas atribuições e responsabilidades pertinentes ao cargo exercido; e
- (ii) Benefícios – o pacote de benefícios busca atender às necessidades básicas dos membros da Diretoria.

Conselho Fiscal

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal é composta por pró-labore, cujo objetivo é remunerar o profissional pelas atribuições e responsabilidades pertinentes ao cargo exercido.

Comitê de Auditoria

A remuneração dos membros do Comitê de Auditoria é composta exclusivamente por pró-labore mensal.

(ii) proporção de cada elemento na remuneração total

Conselho de Administração

A remuneração dos membros do Conselho de Administração é composta exclusivamente por remuneração mensal fixa (pró-labore).

Diretoria Estatutária

A remuneração dos Diretores é composta da seguinte forma: 98% da remuneração total correspondem à remuneração fixa (pró-labore mensal) e 2% correspondem aos benefícios listados no item 13.1.b.i acima.

Conselho Fiscal

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal é composta exclusivamente por remuneração mensal fixa (pró-labore).

Comitê de Auditoria

A remuneração dos membros do Comitê de Auditoria é composta exclusivamente por pró-labore.



(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

O valor da remuneração dos membros da administração da Companhia é calculado levando-se em conta os valores de remuneração praticados pelo mercado e o nível de competitividade da Companhia. A remuneração da Diretoria é revisada anualmente, de acordo com o mercado.

A Companhia estuda as remunerações praticadas pelo mercado por meio de pesquisa salarial em empresas do mesmo porte, do mesmo setor e localizadas na mesma região da Companhia, utilizando como insumo para decisões internas a variação percentual da remuneração dos diversos cargos da organização (tal como, diretor, membro do conselho de administração e etc.)

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

Remunerar os profissionais de acordo com a prática de mercado e o nível de competitividade da Companhia.

c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Não aplicável, tendo em vista que a remuneração dos administradores da Companhia é composta apenas por uma parcela fixa e benefícios (estes últimos apenas no caso da Diretoria).

d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Não aplicável, tendo em vista que a remuneração dos administradores da Companhia é composta apenas por uma parcela fixa e benefícios (estes últimos apenas no caso da Diretoria).

e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo

A política e prática de remuneração dos administradores busca incentivar os administradores da Companhia a sempre perseguirem maior eficiência em seu trabalho e conseqüentemente a gerar melhores resultados para a Companhia.

Adicionalmente, tendo em vista que a remuneração dos membros da administração da Companhia é calculada levando-se em conta os valores de remuneração praticados pelo mercado, a política de remuneração da Companhia busca reter os melhores profissionais e estimula a melhoria dos resultados, o que se alinha aos interesses de longo prazo da Companhia.

f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos



Não aplicável.

g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia

Não aplicável.

13.2 Remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Remuneração estimada total do Exercício Social 31/12/2018 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de Membros	13	6	3	22
Remuneração fixa anual	-	-	-	-
Salário ou pró-labore	4.680.000	17.368.542	374.400	22.422.942
Benefícios direto e indireto	-	367.227	-	367.227
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	-
Remuneração variável	-	-	-	-
Bônus	-	-	-	-
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Pós emprego	-	-	-	-
Cessaçãõ do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações	-	-	-	-
Observaçãõ	-	-	-	-
Total da remuneração	4.680.000	16.652.385	374.400	22.790.169



Remuneração total do Exercício Social 31/12/2017 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de Membros	10,58	6,36	3	19,94
Remuneração fixa anual	-	-	-	-
Salário ou pró-labore	2.540.000	16.285.158	125.146	18.950.304
Benefícios direto e indireto	-	330.515	-	330.515
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	-
Remuneração variável	-	-	-	-
Bônus	-	-	-	-
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Pós emprego	-	-	-	-
Cessação do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações	-	-	-	-
Observação	-	-	-	-
Total da Remuneração	2.540.000	16.615.673	125.146	19.280.819

Remuneração total do Exercício Social 31/12/2016 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de Membros	12	9	3	24
Remuneração fixa anual	-	-	-	-
Salário ou pró-labore	2.672.395	12.794.781	181.086	15.648.262
Benefícios direto e indireto	-	266.993	-	266.993
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-



Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	-
Remuneração variável	-	-	-	-
Bônus	-	-	-	-
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Pós emprego	-	-	-	-
Cessaç�o do cargo	-	-	-	-
Baseada em a�oes	-	-	-	-
Observa�o	-	-	-	-
Total da remunera�o	2.672.395	13.061.774	181.086	15.915.255

Remunera�o total do Exerc�cio Social 31/12/2015 - Valores Anuais				
	Conselho de Administra�o	Diretoria Estatut�ria	Conselho Fiscal	Total
N� de Membros	13	9	3	25
Remunera�o fixa anual	-	-	-	-
Sal�rio ou pr�-labore	3.120.000,00	31.635.200,00	244.800,00	35.000.000,00
Benef�cios direto e indireto	-	194.220,48	-	194.220,48
Participa�es em comit�s	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descri�o de outras remunera�es fixas	-	-	-	-
Remunera�o vari�vel	-	-	-	-
B�nus	-	-	-	-
Participa�o de resultados	-	-	-	-
Participa�o em reuni�es	-	-	-	-
Comiss�es	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descri�o de outras remunera�es vari�veis	-	-	-	-
P�s emprego	-	-	-	-



Cessação do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações	-	-	-	-
Observação	-	-	-	-
Total da remuneração	3.120.000,00	31.829.420,48	244.800,00	35.194.220,48

13.3 Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Não aplicável, tendo em vista que a remuneração dos administradores da Companhia é composta apenas por uma parcela fixa e benefícios (estes últimos apenas no caso da Diretoria).

13.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:

Não aplicável, tendo em vista que a remuneração dos administradores da Companhia é composta apenas por uma parcela fixa e benefícios (estes últimos apenas no caso da Diretoria).

13.5 Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

Posição em 31.12.2017:

Banco Pan S.A.

Acionista	Ações de emissão da Companhia		
	Preferenciais	Ordinárias	(%)
Conselho de Administração	1	2	0
Diretoria	1	0	0
Conselho Fiscal	0	0	0
TOTAL	2	2	0

13.6 Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não aplicável, tendo em vista que a remuneração dos administradores da Companhia é composta apenas por uma parcela fixa e benefícios (estes últimos apenas no caso da Diretoria).



13.7 Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

Não aplicável, tendo em vista que a remuneração dos administradores da Companhia é composta apenas por uma parcela fixa e benefícios (estes últimos apenas no caso da Diretoria).

13.8 Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não aplicável, tendo em vista que a remuneração dos administradores da Companhia é composta apenas por uma parcela fixa e benefícios (estes últimos apenas no caso da Diretoria).

13.9 Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções

Não aplicável, tendo em vista que a remuneração dos administradores da Companhia é composta apenas por uma parcela fixa e benefícios (estes últimos apenas no caso da Diretoria).

13.10 Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não há.

13.11 Remuneração Média dos Administradores

	Diretoria Estatutária		Conselho de Administração		Conselho Fiscal	
	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017
Nº de Membros	9	5,91	12	10,58	3	3
Valor da maior remuneração (Reais)	2.941.808	3.797.556	240.000	240.000	81.804	41.600
Valor da menor remuneração (Reais)	264.600	1.939.085	37.524	20.000	8.041	14.906
Valor médio da remuneração (Reais)	1.421.642	2.714.193	157.200	195.384	36.217	31.286



Observação	-	-	-	-	-	-
------------	---	---	---	---	---	---

13.12 Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria e quais as consequências financeiras para a Companhia

Não aplicável.

13.13 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2017	
Conselho de Administração	13,17%
Diretoria Estatutária	86,18%
Conselho Fiscal	0,65%

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2016	
Conselho de Administração	16,79%
Diretoria Estatutária	82,07%
Conselho Fiscal	1,14%

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2015	
Conselho de Administração	18,05%
Diretoria Estatutária	80,41%
Conselho Fiscal	1,44%

13.14 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Não aplicável.

13.15 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e



de controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

Não aplicável.

13.16 Outras informações que a Companhia julga relevantes

Não existem outras informações relevantes sobre este item 13.